

Cooperativas da Agricultura Familiar: Resistência e Organização Contra-Hegemônica na Produção De Leite

Lenoir Heisler, Claudio Junior Weschendelfer, Eliege Fatima Kopsel

Mestrandos do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó

Dra. Cristiane Tonezer

Doutora em Desenvolvimento Rural- URGS, Docente do Curso de Pós Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó

Dra. Rosana Maria Badalotti

Doutora em Ciências Sociais – UFSC, Docente do Curso de Pós Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó

Resumo

A atividade leiteira vem se constituindo como uma importante estratégia de reprodução para os agricultores familiares brasileiros. Em torno dessa cadeia produtiva há um importante desdobramento econômico e social. No entanto, a inviabilização de pequenos laticínios decorrida da conjuntura econômica, acarretando a diminuição da concorrência pela compra do leite produzido na região, acaba por tornar os pequenos produtores de leite dependentes de grades complexos industriais. Entre os efeitos deste processo apresentam-se os baixos preços e a vulnerabilidade econômica e social a que ficam expostos os agricultores familiares. Em meio ao processo homogeneizante imposto pelo mercado surgem os movimentos contra-hegemônicos, que buscam oferecer alternativa a massificação proposta pelo neoliberalismo. Assim, o presente artigo buscar analisar os impactos da atuação da Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Cooperflor, como estratégia de resistência e enfrentamento às consequências das ações do neoliberalismo no meio rural. O estudo tem abordagem qualitativa, constituindo-se de pesquisa teórica somada à pesquisa de campo realizada com dirigentes e associados da Cooperflor, sendo as observações registradas em diário de campo. A Cooperflor, com forte atuação na cadeia produtiva do leite, na região Oeste do estado do Santa Catarina, apresenta-se como uma demonstração concreta da mobilização dos agricultores e outros atores sociais aliados, em torno da construção de um dispositivo coletivo de ação econômica, buscando uma inserção mais favorável no mercado territorial do leite, em um ambiente econômico marcado pela intensa rivalidade entre médias e grandes empresas agroindustriais.

Palavras Chave: leite, agricultura familiar, cooperativismo, contra-hegemonico.

Introdução

A discussão acerca da dinâmica regional que envolve a cadeia produtiva do leite no Oeste de Santa Catarina e os respectivos atores, que possuem ação incisiva sobre a mesma, remete a uma reflexão em torno da forma de como a economia global tem se comportando e influenciado os desdobramentos regionais em diferentes segmentos econômicos.

O mercado internacional de *commodities* induz os agricultores produtores de matéria prima a serem cada vez mais reféns do mercado e menos protagonistas no processo decisório das respectivas cadeias produtivas. Reflexo claro do comportamento globalizado que a economia mundial passou a desenvolver. Assim,

a posição da globalização da agricultura e do sistema alimentar assumiria que estas formas econômicas são, antes de tudo, o resultado de um processo linear de reestruturação industrial. E, nesta perspectiva, considerando o processo de globalização, não poderíamos esperar da região mais que um ajuste à mudança das condições externas. (MIOR, 2005, p. 265).

A globalização na sociedade tem provocado um movimento de sobreposição das relações comerciais às preocupações sociais, ao relacionamento humano, ao sentimento de solidariedade, estimulando a ação individual, que termina por reforçar a exploração a que é submetida a população de forma coletiva.

Segundo Gandin, Hypolito e Santos (2003), a globalização que se vivencia hoje não é efetivamente nova, ela já existia nos séculos XV e XVI, ligada às formas de expansão europeia, nascimento do capitalismo, expandindo-se cada vez mais para as diversas áreas geográficas do mundo, incorporando e sujeitando cada vez mais pessoas às leis do mercado.

Ao analisarmos os caminhos percorridos pela humanidade, existe um risco de sedução por um discurso positivista ao afirmar-se que o atual estágio de desenvolvimento é o ápice da trajetória humana. Neste sentido, faz-se necessário superar essa superficialidade e indagar: “quem tem se beneficiado do processo econômico em curso”? Os resultados podem ser acessados igualmente?

A partir da década de 1980 disseminou-se no mundo, a reconstrução do pensamento liberal em detrimento do Estado, o qual passou por um violento processo de enfraquecimento.

Nesse sentido, Santos e Rodríguez (2010) argumentam que

Ao longo das suas últimas décadas do século XX, as elites políticas, econômicas e intelectuais conservadoras, impulsionaram com tal agressividade e sucesso as políticas e o pensamento neoliberais que a ideia thatcheriana, segundo a qual <<não há alternativa>> nenhuma ao capitalismo neoliberal, ganhou credibilidade, inclusive entre os círculos políticos e intelectuais progressistas. (SANTOS; RODRIGUEZ, 2010, p. 2).

Assim, discorrer sobre o espaço rural do oeste catarinense e a dinâmica construída a partir das relações associativas requer um esforço em relacionar a região no cenário global, visto que o território não é um complexo isolado, mas está relacionado aos reflexos sociais, econômicas e culturais, resultantes de processos desencadeados em nível mundial.

Nesse cenário vai se percebendo o surgimento de várias corporações transnacionais, fruto da junção de grandes empresas, que partem para este processo, driblando a concorrência

umas com as outras e formando monopólios e oligopólios econômicos, rompendo as fronteiras internacionais.

Discorrendo sobre os reflexos da globalização sobre as agroindústrias do Oeste Catarinense, Mior (2010) afirma que o processo de globalização, desregulação e inovação tecnológica dos anos 90 impactam nos conglomerados alimentares verticalmente integrados.

Neste movimento a globalização atinge também a agricultura, diminuindo as fronteiras entre países. A globalização acaba por homogeneizar a economia, a política e a cultura, mas não as condições sociais das populações de cada país.

Destaca-se como objetivo deste artigo, analisar os impactos da atuação da Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Cooperflor de Guarujá do Sul/SC como estratégia de resistência e enfrentamento às consequências da reorganização econômica no mundo, fruto da globalização e do avanço do capitalismo.

A produção deste artigo desafiou os pesquisadores a olhar para o cooperativismo como uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo, que se contrapõe ao modelo de mercado neoliberal, agregando forças das classes mais marginalizadas e excluídas, apostando na cooperação e solidariedade entre seus membros para superação desta situação, insere-se na lógica deste mesmo mercado, para barganhar preços dos produtos comercializados.

O artigo está estruturado em quatro eixos. Após a introdução, apresentam-se os elementos teóricos e conceituais. Em seguida descreve-se a metodologia. Em um quarto momento é destacada a análise dos resultados, trazendo o processo organizativo dos agricultores familiares envolvidos com a cadeia do leite na região oeste de Santa Catarina.

Análise teórica

Nesta etapa do estudo serão trazidas abordagens teóricas e conceituais julgadas necessárias para a compreensão da temática. Para tanto, divide-se em dois títulos. O primeiro destinado a compreensão das relações entre a globalização, neoliberalismo e agricultura. O segundo destinado a reflexão sobre as ações coletivas e capital social.

Globalização, neoliberalismo e agricultura

O termo globalização recebeu vários significados que tem por objetivo expressar um mundo sem fronteiras, uma economia global para os mercados internos, aproximando as nações e associado à expansão do capitalismo no mundo.

Associado a este conceito, tem-se ainda como definição do termo globalização, a explosão de valores de um povo, englobando alterações no seu modo de ser, agir e pensar (SOUSA, 2011). Sendo assim, a globalização ou processo de mundialização é a decorrência do avanço tecnológico, da integração política, econômica e cultural resultado da consolidação do capitalismo. (SOUSA, 2011).

Por outro lado, Riegel (1998), refletindo sobre o processo de globalização e associando com a produção de matérias-primas traz a seguinte abordagem:

[...] existem os globalizantes e os globalizáveis, aqueles economicamente fortes, articulados e ativos, detentores de um capital volátil e transeunte, exploradores e rapinantes, e os economicamente fracos, desarticulados e, infelizmente, passivos, despossuídos de reservas porque a exaustão são sugados por credores internacionais, e entrarão no processo da globalização como fornecedores de matérias-primas a preço de terceiro mundo [...]. (RIEGEL, 1998, p. 139).

As relações entre os seres humanos também passam a ser estritamente competitivas, individualistas e consumistas. Ocorre uma profunda inversão de valores do Ter em detrimento do Ser. Não há espaço para a solidariedade. Para Barral (1998), o neoliberalismo:

[...] exalta o individualismo exacerbado como único meio de buscar a felicidade coletiva. A consequência é em nível mundial, a apologia da riqueza como um fim em si mesmo e a eliminação dos vínculos de solidariedade social. Este mecanismo (necessário ao processo de crescimento capitalista) pode ser identificado como uma das principais fontes da crise de valores dos novos tribalismos [...]. (BARRAL, 1998, p. 145).

Percebe-se que as transformações que o modelo agrícola vigente no mundo trouxe para a agricultura regional não acontecem de forma isolada, mas estão inseridas em um contexto macro social em que as pessoas perdem valor frente ao mercado e ao capital. O mercado do agronegócio e das respectivas cadeias produtivas tem sido um “fértil” espaço de exploração, tanto da natureza, como daqueles que produzem as matérias-primas.

Em contrapartida a agricultura se mobilizou para aumentar a concentração de recursos, de onde surgiu o sistema cooperativista moderno, que floresceu e ganhou expressão econômica no século XX. Esta “chama” como cita Búrigo (2007), continua presente na sociedade contemporânea. Muito embora, o individualismo tenha sido lembrado como um dos ideais culturais mais expressivos nos últimos anos, a participação comunitária permanece forte e pode ser observada desde a colaboração entre vizinhos de uma comunidade ou pelas ações coletivas. (SCHERER, 2012).

No entanto, as grandes corporações agrícolas dominam o mercado mundial na produção de sementes e fertilizantes. A formação desses oligopólios se fortalece pelo processo de fragilização política e organizativa dos pequenos e médios agricultores enquanto categoria. E essa é uma das sérias consequências do processo de desenvolvimento da

agricultura: a mudança cultural e ideológica. De forma geral, as experiências de trabalho coletivo diminuíram significativamente. Os agricultores também passaram a ser concebidos como concorrentes uns dos outros, gerando um senso de individualismo sem precedente.

Estes elementos permeiam o cenário regional interferindo direta ou indiretamente na construção das relações econômicas, sociais e culturais.

Ações coletivas e capital social

Conforme pontuam Bortolini e Santos (2015), a vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, por vezes traduzida em condições que visam contribuir para o equilíbrio e a estabilidade social. A esse respeito Frantz (2002) relaciona o associativismo com o sentido de cooperação. Assim para o autor a cooperação é

um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida. (FRANTZ, 2002, p. 1).

Na região Oeste de Santa Catarina destacam-se várias estratégias coletivas de enfrentamento às adversidades. No período da colonização, em face do isolamento e ausência do Estado a população local organiza-se provendo alguns serviços públicos como as escolas, estradas e hospitais.

Durante a década de 80, com a dificuldade do acesso à terra, destacou-se o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A concentração de terras na região passou a ser alvo da atuação de uma nova força política, que surge para enfrentamento do coronelismo local e luta pela Reforma Agrária.

No mesmo período, emergiram as disputas nos sindicatos rurais, na qual lideranças de agricultores passaram a desconstruir a forma tradicional de fazer o sindicalismo e buscavam romper com o atrelamento dos sindicatos ao Estado, superando as práticas assistencialistas estabelecidas dentro das instituições.

Há de se destacar a forma decisiva como setores progressistas e libertários da Igreja Católica contribuíram para o surgimento de novas organizações e na construção de um novo pensamento político, econômico e social, no Oeste de Santa Catarina. Os grupos de reflexão, a Pastoral da Terra e a Pastoral da Juventude Rural, entre outras expressões, proporcionaram um despertar de muitas lideranças para temas latentes no seio da sociedade regional, estimulando a organização do povo e buscando a criação de ferramentas organizativas que permitissem o avanço e a resistência.

Além das bandeiras específicas, uma luta que aglutinou as diferentes organizações de esquerda, na região, foi a luta contra o regime militar. Era o campo de conflito mais geral e o inimigo comum das forças vivas emancipatórias que lutavam pela conquista de direitos e melhoria nas condições de vida das pessoas no oeste catarinense. Nesse sentido,

destacou-se o trabalho realizado sob o guarda-chuva da Igreja Católica Progressista, das pastorais sociais, das CEB's, dos centros de educação popular [...] Já no final deste período com apoio de lideranças da Teologia da Libertação, organizou-se o denominado “novo sindicalismo”, que lutava pela democratização do regime, bem como das relações entre patrões e empregados. (SCHERER-WARREN, p. 54-55).

Todas essas experiências históricas construíram uma consciência coletiva importante na região. Organizações que desempenharam importante papel no âmbito social e político passaram a utilizar os conceitos e teorias de trabalho coletivo para o campo econômico, buscando, por meio da soma de esforços comuns, disputar espaço no mercado de produtos agrícolas, juntar volumes de insumos, desenvolver compras coletivas, negociar coletivamente a matéria prima produzida nas unidades de produção e agregar valor ao produto.

Pode-se afirmar que o território como um todo construiu uma vocação associativa, e que pela experiência das inúmeras organizações, se constituiu um tecido social com significativos acúmulos, permitindo uma percepção de capital social, compreendendo esta categoria numa perspectiva popular.

O presente trabalho aborda o capital social com um viés de acúmulo estratégico, como uma bagagem regional decisiva para a construção das organizações de atuação em diferentes campos, nesse caso as cooperativas de agricultores familiares que atuam na cadeia produtiva do leite.

A categoria de análise “capital social” pode ser interpretada sob diferentes ângulos. O autor James Coleman parte de uma visão utilitarista, onde o capital social seria a forma pela qual o sujeito age racionalmente em busca do melhor retorno. Assim,

Coleman considera como suficiente a definição anterior da ação social, mas em sentido estrito, e para problemas específicos, assume o conceito econômico de racionalidade, isto é, a concepção sobre a qual está construído o ator racional na teoria econômica. O que em termos simples significa: a) ações – ou bens – representam utilidades diferentes para o ator; b) o ator se orienta segundo a máxima: “escolhe a ação que lhe traga o máximo de utilidade. (HIGGINS, 2005 p. 84).

No entanto, a discussão em torno do presente trabalho preconiza uma compreensão de capital social como legado bastante particular de ações coletivas, movimentos sociais e iniciativas reivindicatórias, como elementos intrínsecos à região oeste catarinense e que potencializou o surgimento de inúmeras cooperativas de agricultores familiares.

Neste sentido é importante destacar que as cooperativas representam uma resposta aos problemas impostos pela globalização, sendo um contraponto à concentração de riquezas, buscando a concentração de forças. (SCHENEIDER, 2004).

Neste sentido, o capital social é tido como um dos mecanismos pelos quais se pode superar o atraso e a pobreza, através do estabelecimento de laços de confiança interpessoais e de cooperação, com vistas à produção de bens coletivos. (BORTOLINI E SANTOS, 2015). Assim, Putnam (2000), apresenta o capital social como um conjunto de aspectos das organizações sociais, tais como: redes de relacionamento, normas e confiança que permitem a ação e a cooperação para o benefício mútuo. Sendo que a confiança mútua entre os indivíduos é um pré-requisito para a existência e a formação de capital social.

A criação de cooperativas é uma das estratégias que buscam a melhoria da vida do agricultor, e numa visão mais ampla, é um meio alternativo de desenvolvimento. Conforme Bortolini e Santos (2015), um dos aspectos fundamentais da inclusão social e produtiva é o fortalecimento e a utilização do capital social existente nas cooperativas rurais, buscando organização e iniciativas de produção local, reduzindo a vulnerabilidade das pessoas e potencializando a capacidade de ação coletiva produtiva e de autogestão econômica e social.

De acordo com Santos e Rodriguez (2010), as cooperativas apontam para a criação de formas de sociabilidade solidárias assentadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões. Assim as cooperativas que compõe o movimento contra-hegemônico, surgem tanto na periferia, quanto nos centros do sistema capitalista.

Os aspectos teóricos, brevemente abordados, permitem a reflexão sobre a cadeia produtiva do leite como um espaço potencial para o surgimento de uma nova perspectiva de cooperação entre os agricultores familiares do oeste catarinense.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa buscou-se como base as reflexões produzidas no decorrer da disciplina de Organizações sociais, Redes e Capital Social, do Programa de Pós Graduação (Mestrado Profissional) em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó.

A abordagem qualitativa através do estudo de caso contribui no desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, a discussão foi subsidiada a partir da legislação pertinente ao tema do cooperativismo e associativismo, tendo como pano de fundo, a discussão dos movimentos contra hegemônicos discutidos por Boa Ventura de Souza Santos (2010). Contribuíram no

estudo a pesquisa bibliográfica relativa ao tema e a busca de dados e informações disponíveis em meio eletrônico e impresso.

Por fim, realizou-se a pesquisa de campo tendo por objeto de estudo a Cooperflor que atua no município de Guarujá do Sul/SC desde 2008. As entrevistas foram realizadas com dirigentes e associados da cooperativa. Durante a realização da pesquisa também aconteceram rodas de conversas e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela cooperativa com registro em diário de campo.

Ao final, a pesquisa de campo foi relacionada com a pesquisa bibliográfica a fim de analisar os impactos da atuação da Cooperflor, como estratégia de resistência e enfrentamento às consequências do processo de globalização e neoliberalismo no meio rural.

Resultados e discussões

Nesta etapa do estudo serão apresentados os resultados da pesquisa. Sendo que estão divididos em duas etapas: Uma destinada ao processo histórico da produção de leite e a outra ao cooperativismo e processo organizativo dos agricultores familiares da cadeia do leite na região oeste.

O processo histórico da produção de leite

Diante da importância econômica e social que a cadeia produtiva do leite possui no oeste catarinense, é importante discutir o processo histórico da sua produção, sua relação com o cooperativismo, a fim de apresentar dados e informações que permitam uma análise ampla da referida cadeia.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2015), o Brasil é o quinto país mais populoso do mundo com mais de 205 milhões de habitantes. O crescimento populacional foi um dos fatores que ofereceu condições para que o setor agroindustrial também crescesse significativamente.

Entre a produção de alimentos no Brasil destaca-se o leite. Os dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (2015), com base nos dados de 2014, apontam que:

a produção de leite foi de 35,17 bilhões de litros, representando um aumento de 2,7% em relação à registrada no ano anterior(2013). De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture - USDA), o Brasil ocupou a quinta posição no ranking mundial de produção de leite em 2014, atrás da União Europeia, Índia, Estados Unidos e China. (IBGE, 2015, p. 15).

Conforme destaca Gomes (2009), a importância da produção leiteira se dá, pois, para cada real de aumento na produção no sistema agroindustrial do leite, há um crescimento de, aproximadamente R\$ 5,00 no aumento do Produto Interno Bruto (PIB), colocando o agronegócio do leite à frente de setores importantes como o da siderurgia e o da indústria têxtil. Além destas vantagens, a atividade leiteira é um dos principais responsáveis pela redução da migração dos produtores rurais para os grandes centros urbanos.

Conforme dados do IBGE (2012), Santa Catarina ocupa a quinta posição no mercado brasileiro de lácteos. A posição catarinense fica demonstrada na tabela 1, que revela o ranking dos dez maiores produtores de leite no país.

Tabela 1: Ranking dos sete Estados com maior produção de leite no Brasil – 1980 à 2012.

Posição	Estado	Participação em % - 1980	Participação em % - 2012
1°	Minas Gerais	28,8 %	27,6 %
2°	Rio Grande do Sul	11,1 %	12,5 %
3°	Paraná	7,1 %	12,3 %
4°	Goiás	8,2 %	11,0 %
5°	Santa Catarina	4,8%	8,4 %
6°	São Paulo	16,5 %	5,2 %
7°	Bahia	5,1 %	3,3 %

Fonte: Elaborado com base em IBGE (2012) e Venturini (2015).

Ao analisar a tabela 1, observa-se o crescimento da produção leiteira nos estados do sul do país. Destacam-se, neste aspecto, os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com avanço de 3,6% e 5,2 % respectivamente.

Por outro lado, um dado que merece grande destaque é a produção por área. Nesse quesito Santa Catarina lidera o ranking nacional, atingindo uma produção de 28,4 mil litros/km², uma diferença de 42,6% sobre o segundo colocado, o Paraná, que produz 19,9 mil litros/km². (VENTURINI, 2015).

No mapa da produção de leite de Santa Catarina, a região Oeste é disparada, a maior região produtora da cadeia, respondendo por mais de 70% da produção do estado. A matéria do Portal ClicRBS repercute de forma destacada a informação.

Santa Catarina deve atingir em 2014 a produção recorde de 3 bilhões de litros de leite, o que representa um crescimento de 92% em 10 anos. O setor tem crescido 8,6% ao ano no Estado, contra uma média nacional de 4,5%. O Oeste representa 73% da produção catarinense. Na última década, a região tem recebido novos investimentos, como o da laticínios Piracanjuba, em Maravilha, e a transformação da fábrica de sucos da Aurora em Pinhalzinho em uma de indústria de leite, que já industrializa 2 milhões de litros por dia. (DEBONA, 2014).

Com esses dados se chega a uma conclusão importante. Se o Brasil é o quinto maior produtor de leite do mundo, já Santa Catarina o estado com maior produção por área e a

região oeste se destaca pela produção de cerca de 70% do leite produzido no estado. É possível afirmar que o território oeste catarinense se configura como uma das maiores bacias leiteiras do mundo.

Considerando os aspectos anteriormente elencados, evidencia-se a importância econômica e social que a cadeia produtiva do leite representa para toda a região. O desenvolvimento local e sustentável está relacionado à inclusão que a referida cadeia produtiva promoveu nas últimas décadas. Tanto pela geração de renda para milhares de famílias do campo, que desenvolvem a atividade com fortíssima predominância de mão de obra do grupo familiar e do movimento econômico, principalmente nos pequenos municípios.

Um processo de exclusão na cadeia produtiva de leite, assim como a presenciada na suinocultura nos períodos anteriores, possivelmente provocaria um colapso econômico e social em toda a região. Tendo tamanha capilaridade regional, passa a ser mais preocupante a iminência de exclusão, uma vez que uma parcela significativa dos agricultores não tem conseguido atender as exigências do mercado.

Neste sentido observam-se severas consequências, pois muitos agricultores familiares, por não apresentarem os requisitos estabelecidos pelas empresas, são excluídos dos sistemas de integração e descapitalizados e sem condições de investir se encontram em situação de exclusão. (KUNZLER, 2015).

É neste contexto que entra em cena o papel das cooperativas com experiência associativa, com a presença forte de capital social como uma estratégia de resistência e enfrentamento ao atual sistema. Conforme aponta Bortolini e Santos (2015), a cooperativa seria, por excelência, o tipo ideal de empreendimento solidário, voltado à inclusão dos tradicionalmente excluídos pela economia dominante.

Assim, o cooperativismo, as estratégias coletivas desenvolvidas historicamente no oeste catarinense e o surgimento de novas experiências cooperativas protagonizadas por agricultores familiares serão o tema de análise no próximo bloco deste trabalho.

Cooperativismo e processo organizativo dos agricultores familiares da cadeia do leite na região do Oeste catarinense

Santos e Rodriguez (2010) afirmam que as práticas cooperativistas são tão antigas quanto o capitalismo industrial e remontam ao início dos anos 1800. As primeiras cooperativas teriam surgido na Inglaterra, como reação contra a pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses e pequenos produtores em operários pioneiros do capitalismo industrial.

As cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, tinham como objetivo inicial a oposição e resistência à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho inumanas, através da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores. Esse modelo cooperativista lançou as bases do cooperativismo moderno.

Os primórdios do cooperativismo brasileiro apontam para 1902, em Nova Petrópolis/RS, onde fora criada a primeira cooperativa de crédito denominada Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, atual Sicredi Pioneira RS. O cooperativismo brasileiro passou por diversos momentos difíceis, entre os quais se destaca o período ditatorial que marca o fechamento de muitas cooperativas.

Atualmente as cooperativas são regulamentadas pela lei 5.764/71, que as define como:

sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - **adesão voluntária**, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;[...] VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. (BRASIL, 1971, grifo nosso).

As cooperativas por não objetivarem lucro recebem tratamento fiscal diferenciado, sendo, a transação realizada entre cooperativa e cooperado e entre cooperativas, denominada de ato cooperativo, não implicando em operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. (BRASIL, 1971).

O cooperativismo como teoria social funda-se em dois postulados segundo Santos e Rodriguez (2010). Por um lado, a defesa da economia de mercado perpassa por princípios não capitalistas, de cooperação, solidariedade, ajuda mútua, e por outro, lança crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização políticas mais pluralistas e federalistas que deram papel central à sociedade civil.

Os autores apresentam ainda a democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade como valores que guiam o funcionamento das cooperativas pelo mundo. A doutrina cooperativista pauta-se ainda em sete princípios. Adesão livre e voluntária, o controle democrático por parte dos membros, diferenciando-se das sociedades de capital, valorando cada membro com um voto, e não de acordo com o capital, a participação econômica dos membros, tanto em casos de perdas como na apresentação de sobras, autonomia e a independência ao Estado e a outras organizações, embora no Brasil, o Estado seja o regulador da atividade cooperativa. (BRASIL, 1971).

O compromisso com a educação/formação dos cooperados também se destaca nas sociedades cooperativas, somado ainda a cooperação entre cooperativas, através de organizações locais, nacionais e mundiais. O sétimo princípio norteador é a contribuição no desenvolvimento da comunidade em que a cooperativa está localizada. (SANTOS; RODRIGUEZ, 2010).

As cadeias produtivas e a resistência da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o caso da Cooperflor

Segundo Badalotti et al. (2007), torna-se importante ressaltar que a história do campesinato e da agricultura familiar na região oeste a partir dos anos 70, passou a sofrer mudanças significativas em seus processos produtivos e modos de vida, em decorrência das mudanças advindas da modernização agrícola.

A região vivenciou distintos momentos econômicos com as mais variadas cadeias produtivas. O desenvolvimento agrícola da região se deu, primeiramente, na produção de grãos. Mesmo em pequenas áreas a produção se dava com custos baixíssimos, pois os agricultores eram autossuficientes e não dependiam de insumos externos. Este processo perdurou até a década de 1980, quando o processo da Revolução Verde se instalou na região.

Para Carvalho (2005), a Revolução Verde foi um programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que se baseia na produção voltada para o lucro e para o mercado. O novo modelo, baseado na dependência de insumos químicos e sementes híbridas, produzidas por grandes corporações do agronegócio, estava atrelado à agentes financeiros, que passaram a financiar a produção agrícola, com altas taxas de juros e sem nenhum tipo de segurança relacionada à eventuais perdas motivadas por intempéries climáticas. Diante do endividamento, dos altos custos de produção, da baixa escala e estiagens recorrentes, milhares de propriedades se inviabilizaram e seus proprietários migraram para a cidade, iniciando o esvaziamento rural.

O surgimento da cadeia produtiva do fumo, também altamente dependente de insumos externos, num primeiro momento foi um alento econômico para os agricultores da região, embora, com uso intenso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Posteriormente, com o empobrecimento do solo, plantios repetidos nas mesmas áreas, somado ao processo de concentração das indústrias fumageiras, a fumicultura também passou a se tornar inviável e uma nova leva de produtores abandonaram a atividade agrícola.

No início da década de 1990 se consolidava a cadeia produtiva dos suínos, que atraiu muitos investimentos por parte dos agricultores. Várias agroindústrias se estruturaram na região e todo o estado de Santa Catarina passou a se destacar na produção de suínos, chegando a mais de 50 mil propriedades. Foi uma alternativa interessante, haja vista a característica de minifúndio e relevo acidentado de grande parte das propriedades da região.

No entanto, no final da mesma década uma crise muito forte acometeu toda a cadeia produtiva da suinocultura, levando a decadência do setor. Agroindústrias abandonaram a produção e muitos agricultores se viram forçados a deixar a atividade devido aos altos índices de endividamento e baixa perspectiva na atividade. Os índices apontam a exclusão de aproximadamente mais de 40 mil produtores de 1985 à 2006 (Tabela 2).

Tabela 2: Produtores de suínos em Santa Catarina 1985 – 2006.

ANO	1985	1996	2006
Produtores de suínos	54176	24382	12559

Fonte: Adaptado de IBGE (2006).

Paralelo ao crescimento e célere decadência da suinocultura se estruturou a cadeia produtiva do leite que passou a ganhar grande destaque a partir dos anos 2000, oferecendo uma oportunidade econômica para a inviabilidade da produção de grãos, fumo e suínos. A região Oeste de Santa Catarina é, atualmente, uma das maiores bacias leiteiras do país. Grandes agroindústrias do setor lácteo têm feito altos investimentos e tem se consolidado no território regional.

Por outro lado, os altos investimentos em complexos industriais de lácteos na região têm pressionado indústrias de pequeno e médio porte a abandonarem as atividades em função da disputa desleal. A economia de escala torna inviável a competição no mercado convencional. O fechamento desses laticínios em virtude da inviabilização tem feito com que a concorrência na disputa do leite regional diminua, diminuindo, por consequência os valores pagos aos agricultores produtores de leite.

Historicamente as empresas de laticínios praticaram o pagamento do leite com base no volume de produção, de forma que o agricultor que comercializa um volume maior recebe um valor maior pelo litro de leite comercializado. E por outro lado, o agricultor que comercializa menos recebe um valor menor. O pagamento menor para quem comercializa menos acaba por garantir uma média de pagamento da indústria que viabiliza o pagamento para aquele que comercializa mais leite.

Esta prática torna-se extremamente danosa, pois incentiva a produção a qualquer custo. Produzir mais para ganhar mais. Isso tem aumentando significativamente a produção, mas também o aumento do custo geral do leite brasileiro, gerando uma desvalorização da matéria-prima. Presenciam-se muitos casos de estreitas margens, ou até nulas.

A prática de pagamento diferenciado pelo volume de leite comercializado inviabilizou que produtores com baixos volumes pudessem barganhar uma melhor remuneração do leite com as empresas. Inseridos nesse contexto que produtores com baixa escala se organizaram para buscar uma forma de barganha por volume de comercialização.

Ao final da década de 1990 surge um novo debate sobre a cooperação na agricultura, começando ganhar força à noção de capital social como um novo propulsor de programas de desenvolvimento, onde a cooperação aparece como elemento fundador, quando se começa a dar ênfase às condições institucionais, que podem levar uma sociedade, ou território a atingir maior grau de desenvolvimento como instrumento para a solução dos dilemas na ação coletiva, ampliando o poder de barganha de agricultores familiares (ABRAMOVAY, s. d. a.).

Os debates iniciais para a constituição da Cooperflor deram-se no ano de 2007, quando um grupo de dezessete (17) famílias de agricultores de Guarujá do Sul/SC participantes do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do Governo Federal, decidiram iniciar o processo de formação da cooperativa. Este grupo reunido por inúmeras oportunidades assim o fez, repassando as informações para os demais agricultores signatários pela criação da Cooperativa. Este processo perdurou por aproximadamente 18 meses.

No segundo semestre de 2008 se instalou uma profunda crise da cadeia produtiva do leite. O preço pago por litro aos agricultores no segundo trimestre daquele ano foi, em média, R\$ 0,70, chegando, no último trimestre, a R\$ 0,30. Esta situação provocou profundo descontentamento e despertou nos agricultores a necessidade de se organizar para alterar o quadro dramático então instalado.

Diante da situação vivida, a necessidade de criar uma cooperativa, com finalidade de servir de instrumento de resistência por parte dos pequenos produtores de leite locais, ficou mais afluída. Vislumbrava-se na época a oportunidade de alcançar os mercados institucionais e promover a compra coletiva de insumos. Assim, organizou-se um roteiro de reuniões nas comunidades, partilhando e amadurecendo a necessidade constatada.

Após a conclusão deste roteiro de debate pelas comunidades surgiu à proposição de convocação da Assembleia de constituição da Cooperativa, ocorrida no dia 30 de Outubro de 2008, tendo presente 40 agricultores, 28 deles dispostos a ingressar no quadro social da cooperativa, constituindo-se assim a Cooperflor.

O processo de constituição de outras cooperativas de agricultores familiares que existem na região, deu-se de forma semelhante. Do ponto de vista social e político surgem como instrumentos dos trabalhadores do campo frente à iminente exclusão da cadeia produtiva do leite. Do ponto de vista econômico e do marco da legalidade, como novas personalidades jurídicas capazes de realizar a comercialização coletiva da matéria prima, por meio da criação de um CNPJ cooperativo, ou seja, a cooperativa passa a organizar o volume de produção de dezenas de famílias e negocia coletivamente, por meio de seu CNPJ. Na sua grande maioria as cooperativas não industrializam a produção, apenas intermediam a comercialização, com intuito de aumentar o valor recebido pelos agricultores cooperados.

Para implementar o processo de comercialização coletiva de leite a cooperativa retém um valor de cota capital de cada associado, que servirá para estruturar o capital de giro e permitirá outras ações no campo econômico, e promove a retenção de uma margem administrativa, que varia de cooperativa para cooperativa.

Essa nova forma de fazer cooperativismo garante o aumento de renda diretamente ao associado, sem necessidade de lucros extraordinários para as cooperativas, para depois promover seu rateio. O modo cooperativo hora apresentado, vem no sentido de inverter a lógica de atuação das cooperativas tradicionais, que têm uma visão patrimonialista, muitas vezes preconizada em detrimento das condições de vida e dignidade dos sócios.

O surgimento da Cooperflor e de tantas outras cooperativas familiares na região mudou este panorama. As cooperativas familiares surgiram como um novo sujeito, alheio às práticas tradicionais e os acordos estabelecidos até então. Nesse aspecto as novas organizações protagonizadas pelos agricultores familiares passaram a ser um incômodo ao cenário harmônico construído pelas agroindústrias tradicionais até então.

Reportando-se ao caso da Cooperflor, no ano de sua constituição (2008), as empresas que compravam leite no município possuíam acordos celebrados informalmente, de forma que uma empresa não “tomava” produtor da outra.

Fica bastante evidente que, por meio da comercialização coletiva de leite implementada pelas cooperativas familiares, se elevou consideravelmente o valor pago, principalmente para os menores produtores, permitindo que estes ampliem gradativamente a sua produção por meio de investimentos orientados e na perspectiva da maior eficiência em suas propriedades, reduzindo custos e aumentando a produção de forma sustentada.

Ao encarnar valores e formas organizativas opostas ao capitalismo, as cooperativas geram dois efeitos com um elevado conteúdo emancipador: ao nível individual as iniciativas implicam frequentemente mudanças fundamentais nas condições de vida dos seus atores, por

outro; ao nível das relações sociais, a difusão destas experiências bem sucedidas implica a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalista. (SANTOS E RODRIGUES, 2010).

Além do impacto na comercialização coletiva do leite as cooperativas avançaram para a organização de demandas comuns e realização de compras coletivas de insumos e equipamentos. A organização de volumes maiores de compras também têm sido importante instrumento econômico, pois tem garantido a economia e a redução considerável de custos de produção.

Considerações finais

A experiência da Cooperflor insere-se na perspectiva apontada por Santos e Rodríguez (2010), do conjunto de movimentos e organizações de todo o mundo que lutam por uma globalização contra-hegemônica, construindo e buscando alternativas viáveis às sociedades capitalistas. Os autores afirmam ainda que a realidade é um campo de possibilidades em que tem cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas.

No que diz respeito à cadeia produtiva do leite o impacto da atuação das cooperativas familiares não fica restrito aos cooperados, mas beneficia também não sócios circunvizinhos. O aumento do valor pago para aqueles reflete na prática de pagamento das empresas para com estes. Agricultores não cooperados utilizam o parâmetro dos cooperados familiares para pressionarem as empresas sobre seus volumes de comercialização.

O ingresso de um novo sujeito nesse cenário, isto é, as cooperativas familiares, passaram a estabelecer um novo balizador para o preço regional do leite. Ou seja, a intervenção das cooperativas impactou no aumento geral do preço praticado pelo leite da região e incrementou o movimento econômico em vários municípios.

No destaque dado a discussão das formas de enfrentamento não hegemônico, Santos e Rodríguez (2010), afirmam que o olhar acerca dos movimentos contra-hegemônicos não pode ser simplista, visando apenas identificar se estes oferecem alternativas radicais ao capitalismo. Os autores afirmam que a desqualificação das iniciativas não radicais, encarna uma forma de fundamentalismo alternativo que pode deslegitimar propostas que abrem as portas a transformações graduais em direções não capitalistas, criando movimentos de solidariedade no seio do capitalismo.

Corroborando com os autores, a Cooperflor contribui para construir valores e ações não capitalistas. A atuação da Cooperflor, bem como de outras cooperativas similares na

região, promoveu uma nova forma de organizar a compra de insumos e a venda da matéria prima. A organização da venda coletiva de leite através da cooperativa, e a organização de demandas coletivas para compra de insumos e equipamentos permitem que sejam realizadas compras de grandes volumes, barganhando preço e baixando os custos de produção, proporcionando maior renda aos associados e sua permanência na atividade com dignidade.

As ações com características não capitalistas impactam positivamente na vida dos associados, permitindo que muitos agricultores com pequenos índices de produção, possam continuar comercializando o leite em função do volume total que a cooperativa administra.

Nesse sentido, a Cooperflor é na região, uma referência de resistência pelo modo que busca fazer o enfrentamento necessário para constituir uma rede cooperada, que valoriza e permite que os pequenos agricultores se mantenham no campo, produzindo e recebendo um preço mais justo pelo seu produto.

Através da realização deste trabalho percebe-se que o enfrentamento ao sistema hegemônico de produção, por meio do cooperativismo, tem o caráter positivo de proporcionar condições mais igualitárias de inserção no mercado e no comércio de produtos.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Porto Alegre. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. UFRGS. S. d. a.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória**. 1. Edição. 16. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2002.

ARMADA, Charles Alexandre Souza. **A nova Globalização do Século XXI**. Ver. Jurídica – CCJ, v. 17, n° 33, p.5-20, 2013.

BADALOTTI, Rosana Maria et al. **Reprodução social da agricultura familiar e juventude rural no Oeste Catarinense**. Artigo apresentado ao VII – RAM UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007. Disponível em <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Rosana_Badalotti_et_alli.pdf>. Acesso em 20/11/2015.

BARRAL, Welber. Globalização, no neoliberalismo e direito de trabalho no Mercosul. In:ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre Luiz. **Globalização,neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: IBEJ, 1998. p. 145-152.

BORGES, M. S.; CASTRO, M. C. D.; GUEDES, C. A. M.; ALIMONDA, H. A. **Modernização, trabalho e Produtividade na Pequena Produção Leiteira na Argentina e no Brasil**. Ver. ADM. MADE, Rio de Janeiro, ano 14, v. 18, n.1, p. 12-31, 2014.

BORTOLINI, Gilberto, SANTOS, José Zigomar Vieira **Capital Social na Formação Cooperativa Agrícola**. Disponível em: www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Gilberto%20Bortolini.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Brasil Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/PROJECOES%20DO%20AGRONEGOCIO%202010-11%20a%202020-21%20-%202020_0.pdf Acesso em 20/11/2015.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou avanço comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COOK, M. L. The future of U.S **Agricultural Cooperatives: a neo-institucional approach**. *American Journal of Agricultural Economics*, {S.L}, v. 77, n. 5, p. 1153-1159, 1995.

CHADDAD, F.R, **Corporate governance problems in fronteira co-operative group**. Columbia: University of Missouri, 2002.

_____. **The nature of financial constraints in u.s agricultural cooperatives**. In. VERTICAL MARKETS AND COOPERATIVES HIERARCHIES: THE ROLE OF COOPERATIVES IN THE INTERNATIONAL AGRICULTURE-FOOD INDUSTRY, 2003, Bad Herrenalb, Alemanha. Proceedings... Bad herrenalb: {s.n.}, 2003.

CHADDAD, F. R.; COOK, M. L. **Understanding new cooperative models: an ownership-control rights typology**. *Review of Agricultural Economics* {S.L.}, v.25, n. 2, p. 348-360, 2004a.

DEBONA, Darci. **Produção de leite de Santa Catarina dobra em uma década**. 2014. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/10/producao-de-leite-de-santa-catarina-dobra-em-uma-decada-4621882.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros. 2004.

FISCHER, Augusto et al. **Produção e produtividade de leite do oeste catarinense**. *RACE*, Unoesc, v. 10, n. 2, p. 337-362, jul./dez. 2011.

GANDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira; SANTOS, Boa Ventura de Sousa. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento (entrevista com Boa Ventura de Sousa Santos). **Currículo Sem Fronteiras**, Brasil, v. 3, n. 2, p.5-23, jul. 2003. Semestral. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/curriculosemfronteiras.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Globalização, Neoliberalismo e Direito no Brasil**. Londrina: Humanidades, 2004.

GOMES, E. J. **Dados do Censo Agropecuário confirmam concentração da atividade leiteira no Brasil**. Deser, Curitiba, n. 166, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/adm/ver.asp?id=22>>. Acesso em: 14 de novembro de 2015.

GOMES, Sebastião Teixeira. **Efeitos da Globalização na Produção de Leite do Brasil**. Universidade Federal de Viçosa, 1999.

GÓMEZ, José Maria. **Globalização da política: mitos, realidades e dilemas**. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HEIDEN, F. C. **Leite: Santa Catarina em destaque**. Florianópolis: EPAGRI/ CEPA, Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: 14/11/2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (Org.). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____.(Org.). **Produção da Pecuária Municipal 2014**. 2015.v. 42. http://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/84/ppm_2014_v42_br.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. **Indicadores IBGE**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201303_publ_completa.pdf . Acesso em: 14/11/2015.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>> Acesso em 20 nov. 2015.

KUNZLER, Lauri Luiz. **COOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DA COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL**. 2015. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Área de Ciências Humanas e Jurídicas, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2015.

MILK POINT (Piracicaba). **IBGE: produção de leite cresceu 2,7% em 2014; Sul tornou-se a maior região produtora**. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/ibge-producao-de-leite-cresceu-27-em-2014-sul-tornouse-a-maior-regiao-produtora-97326n.aspx>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIQUELUZZI, Osvaldo. Do fordismo Keynesianismo à acumulação flexível: ascensão do individualismo e queda das organizações sindicais. In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Limade; RAMOS, Alexandre Luiz. **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: IBEJ, 1998. p. 257 – 270.

_____. **Sistema de produção de leite (Zona da Mata Atlântica). Importância econômica. Sistema de produção 1.** Juiz de Fora: EMBRAPA, 2003.

RIEGEL, Estevão. Globalização, neoliberalismo e flexibilização: direitos e garantias. In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre Luiz. **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho.** Curitiba: IBEJ, 1998. p. 133 – 144.

RUBEZ, Jorge. **Retrospectiva do leite nos anos 90.** 2001. Disponível em: http://www.leitebrasil.org.br/artigos/jrubez_040.htm. Acesso em: 14/11/2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização do pensamento único à consciência universal.** Ed. 6, Record, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa; RODRIGUEZ, Cesar (Org.). Sistemas Alternativos de Produção: Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 2. p. 300-350. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/texts.html>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. **Redes emancipatórias:** Nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Editora Appris: Curitiba, 2012.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 5. ed. – 3 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

SOUSA, Andréia Nádía Lima. **Globalização: Origem e evolução.** Cad. de Estudos Ciências e Empresas, Teresina, Ano 8, n. 1, 2011.

VENTURINI, Carlos Eduardo Pullis. **A Geografia do Leite Brasileiro.** 2015. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/artigos-especiais/a-geografia-do-leite-brasileiro-87327n.aspx>>. Acesso em: 20 nov. 2015. VILELA, D.; ALVIM, M. J.; CAMPOS, O.F.; RESENDE, J. C. **Produção de leite de vacas holandesas em confinamento ou em pastagem de coast-cross.** Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia, v. 25, n. 6, p. 1228-1244, 1996.